

PLANO DE TRABALHO

1. JUSTIFICATIVA

Por meio do Ofício nº 343/2021/GAB.SNDPD/SNDPD/MMFDH, de 13 de abril de 2021 (SEI 0482334), a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNDPD/MMFDH), cumprindo a competência instituída pelo art. 33, do Anexo I, do Decreto nº 10.174, de 13 dezembro de 2020, apresentou à Escola Nacional de Administração Pública (Enap) proposta de parceria para realizar uma análise *ex-ante* para a implantação da avaliação biopsicossocial, de que trata o art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Lei nº 13.146, de 2015 – considera a pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais pessoas, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 2º). Ainda, a LBI aponta que, quando necessária, a avaliação da deficiência será biopsicossocial, devendo ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará não somente os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, mas igualmente os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação. Nesse sentido, o Poder Executivo deverá criar instrumentos para avaliação da deficiência que leve em conta os fatores mencionados.

Para tanto, foi instituído o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência, por meio do Decreto nº 10.415, de 2020, que tem como finalidade a regulamentação do art. 2º da LBI, com criação e alteração dos atos normativos necessários à implementação unificada.

Nesse contexto, a SNDPD/MMFDH solicitou à Enap proposta de parceria para realizar análise *ex-ante* para a implantação unificada da avaliação biopsicossocial, a partir de um estudo acerca da viabilidade da implantação, impacto e adequação das políticas públicas existentes destinadas às pessoas com deficiência no âmbito federal.

A Enap é uma Escola de Governo que tem como missão desenvolver competências de servidores para aumentar a capacidade de governo na gestão das políticas públicas. Para tanto, atua, desde 1986, na oferta de cursos e programas de desenvolvimento técnico e gerencial, formação e aperfeiçoamento de carreiras e especialização (pós-graduação *lato sensu*), nas modalidades presencial, a distância e mista, além da produção e disseminação de conhecimento sobre gestão e políticas públicas.

A Enap também é um ator importante no sistema de avaliação que vem sendo construído no governo federal. Criada pela Lei nº 8.140, de 1990, e com estatuto definido pelo Decreto nº 10.369, de 2020, compete à Enap, entre outras atribuições: elaborar e executar programas de capacitação permanente de agentes públicos; fomentar e desenvolver pesquisa, inovação e difusão do conhecimento; prestar assessoria técnica quanto à elaboração de estratégias e de projetos de desenvolvimento institucional, à formulação, à implementação e à avaliação de políticas públicas, na área de atuação da Enap; desenvolver e manter programas e projetos de cooperação nacional e internacional destinados a suas finalidades institucionais. Além disso, a Enap é um ator central na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, atualizada pelo Decreto nº 9.991, de 2019.

Considerando essas atribuições legais e os desafios para institucionalizar a avaliação de políticas públicas nos órgãos e entidades da administração pública federal, a Enap desenvolveu o serviço de Assessoria para Análise e Avaliação de Políticas Públicas (AAPP), ofertado para equipes de servidores públicos que desempenham papéis e funções relacionadas à avaliação, seja ela *ex-ante* ou *ex-post*.

O serviço, criado em 2020, é fundamentado em metodologias ativas de ensino, orientadas à solução de problemas reais e que colocam o participante como protagonista do processo de aprendizagem. O serviço já conta com um portfólio de aproximadamente 20 projetos, dentre análises *ex-ante*, avaliações *ex-post* e análises de impacto regulatório (AIR). É no âmbito deste serviço de assessoria que se dará o apoio à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência para as demandas elencadas no Ofício nº 343/2021/GAB.SNDPD/SNDPD/MMFDH.

2. OBJETO

Prestação do serviço de Assessoria para Análise e Avaliação de Políticas Públicas, da Diretoria de Altos Estudos, para servidores da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, com o objetivo de elaborar análise *ex-ante* para a implantação da avaliação biopsicossocial, conforme art. 2º da Lei nº 13.146, de 2015, a partir de um estudo acerca da viabilidade da implantação, impacto e adequação das políticas públicas existentes destinadas às pessoas com deficiência no âmbito federal.

As atividades que constituem o serviço serão realizadas pela Internet, com o apoio de ferramentas de videoconferência e de colaboração síncrona, com duração total de 121 (cento e vinte e uma) horas.

3. CRONOGRAMA DE ATIVIDADE, META FÍSICA DE EXECUÇÃO E VALOR DO PROJETO

3.1. Cronograma de Atividades e Meta Física de Execução

Etapa	Atividade	Data	Conteúdo
1. Preparação	Contratação, elaboração do Plano de Trabalho (atividade assíncrona) e instalação das oficinas	04/05/2021 – 17/05/2021	Reconhecimento da demanda e apresentação básica do modelo de análise <i>ex ante</i> .
			Indicação dos participantes das oficinas.
			Contratação dos assessores encarregados.
	Oficina 1: Instalação	24/05/2021	Apresentação do Plano de Trabalho e pactuação de objetivos e compromissos.
			Treinamento nas ferramentas de facilitação e orientação sobre o uso de recursos didáticos.
			Planejamento das atividades.

2. Diagnóstico do Problema	Repositório de Conhecimento (atividade assíncrona)	24/05/2021 – 07/06/2021	Organização do repositório de conhecimento
	Análise Prévia (atividade assíncrona)	04/05/2021 – 24/05/2021	Processo de consulta dos assessores aos participantes sobre aspectos do desenho da política elaboração de relatório de análise prévia
	Oficina 2: Objeto de Análise	31/05/2021	Conceito que definirá o objeto da análise e orientará a implementação da avaliação biopsic no âmbito da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Definição do objeto de <i>ex ante</i> . Apresentação da temática.
	Oficina 3: O problema-alvo e suas causas	07/06/2021	O problema-alvo e as causas que o afetam. Relações lógicas entre causas e o problema-alvo de dados e evidências no processamento de problemas.
	Oficina 4: O problema-alvo e suas consequências	14/06/2021	Público-alvo relacionado ao problema central. Consequências decorrentes dos problemas identificados.
	Oficina 5: Descritores do problema	21/06/2021	Descritores de problemas. Esboço da primeira árvore explicativa do problema.
	Oficina 6: Contextualização do problema no cenário internacional	28/06/2021	A posição do país no cenário internacional em relação ao problema-alvo. Alinhamento com compromissos internacionais. Formas de enfrentamento do problema por outros países
	Oficina 7: Razões para a intervenção federal e iniciativas anteriores	05/07/2021	As razões para que o governo federal intervenha no problema. Iniciativas anteriores para o mesmo problema.
3. Desenho, estratégia de implementação e focalização	Oficina 8: Objetivos, ações e resultados esperados	12/07/2021	Identificação das ações propostas.
			Insumos, ações e produtos da proposta. Análise do objetivo da proposta, com resultados e esperados.
	Oficina 9: Modelo lógico da proposta	19/07/2021	Relações e adequação entre as causas do problema, as ações propostas e os resultados esperados. Metas de entregas dos produtos e resultados.
	Oficina 10: Análise SWOT da proposta	26/07/2021	Fatores internos e externos que podem contribuir, atrapalhar ou mesmo inviabilizar a proposta. Forças, fraquezas, ameaças e oportunidades relacionadas à implantação da proposta. Casos de iniciativas semelhantes implantadas no Brasil ou em outros países, que possam ser comparadas e reconhecidas como casos de sucesso.
	Oficina 11: Governança	02/08/2021	Agentes públicos e privados envolvidos e como atuarão na proposta. Articulação com outras políticas em curso no Brasil. Governança Federativa e Controle Social.
Oficina 12: Focalização	09/08/2021	Características e estimativas do público-alvo da proposta. Critérios de priorização da população elegível e limitações orçamentárias e financeiras. Critérios de seleção da população beneficiária.	
4. Estratégia de construção de confiança e suporte	Oficina 13: Construção de confiança e suporte	16/08/2021	Identificar os apoios de setores organizados da população para a proposta e como se expressam estes apoios. Identificar as evidências do envolvimento dos interessados e do apoio à implementação da proposta. Formas de participação/manifestação dos envolvidos na elaboração da proposta. Evidências de priorização da proposta por lideranças políticas e de oposições ativas à sua execução.
5. Monitoramento, Avaliação e Controle	Oficina 14: Processo de monitoramento e o uso de indicadores	23/08/2021	O processo de monitoramento: indicadores de monitoramento de produtos e de resultados. Publicação das informações e dos dados. Mecanismos de controle.
6. Impacto orçamentário e financeiro	Oficina 15: Impacto orçamentário e financeiro	30/08/2021	Análise de custos. Entes públicos e particulares afetados
			Adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Potenciais riscos fiscais.

7. Especialistas e Revisão	Oficina 16: Painel de Especialistas	06/09/2021	O Painel tem o objetivo de verificar se as premissas, as teorias da mudança e do programa, indicadores e metas condizem com a literatura sobre aquela política pública. O painel precisará de rodadas diferenciadas. Por exemplo, questões administrativas e de gestão podem ser discutidas com um grupo de especialistas dedicados a essas questões, enquanto do programa e a discussão sobre indicadores, sistemas de monitoramento e avaliação pode discutidos com outros especialistas, especializados em avaliação <i>ex-post</i> .
	Oficina 17: Revisão	13/09/2021	Revisão da árvore explicativa do problema, dos descritores e dos objetivos. Esta oficina cc possível necessidade de revisar e consolidar os trabalhos realizados para eventuais ajustes.
	Oficina 18: Oficina de Encerramento	20/09/2021	Revisão e aprovação do relatório final. Publicação do relatório da análise <i>ex ante</i> no repositório de conhecimento e encaminhamento aos dirigentes. Avaliação de Reação dos participantes.
8. Finalização	Apresentação da Avaliação	A definir	Apresentação da análise <i>ex ante</i> aos dirigentes, com a recomendação de alternativas de desenho e redesenho da política ou de avaliações <i>ex post</i> .

3.2. DO VALOR DO PROJETO

I- Custo do Projeto e Cronograma de Desembolso

O custo total do serviço é estimado em R\$ 61.710,00 (sessenta e um mil, setecentos e dez reais), referentes à realização dos eventos de capacitação programados, que totalizam 121 horas de atividades. O valor é composto de R\$ 51.425,00 (cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e cinco reais), referentes ao pagamento das horas-aula dos facilitadores, somados a R\$ 10.285,00 (dez mil, duzentos e oitenta e cinco reais), referentes aos encargos pagos sobre a prestação de serviços. A descentralização do crédito deverá ser efetivada para a UG 114702 Gestão 11401, conforme cronograma de desembolso pactuado, considerando-se os elementos de despesa e cronograma a seguir:

Etapa	Atividade	Data	A1 Horas	A1 Horas	A2 Horas	A2 Horas	
			Planejamento	Atividade	Planejamento	Atividade	
1. Preparação	Preparação	04/05/2021 – 17/05/2021	-	12h	-	12h	2
	Oficina 1: Instalação	24/05/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
2. Diagnóstico do Problema	Repositório de Conhecimento (atividade assíncrona)	24/05/2021 – 07/06/2021	-	4h	-	4h	8
	Análise Prévia (atividade assíncrona)	04/05/2021 – 24/05/2021	-	12h	-	12h	2
	Oficina 2: Objeto de Análise	31/05/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
	Oficina 3: O problema-alvo e suas causas	07/06/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
	Oficina 4: O problema-alvo e suas consequências	14/06/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
	Oficina 5: Descritores do problema	21/06/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
	Oficina 6: Contextualização do problema no cenário internacional	28/06/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
	Oficina 7: Razões para a intervenção federal e iniciativas anteriores	05/07/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
3. Desenho, estratégia de implementação e focalização	Oficina 8: Objetivos, ações e resultados esperados	12/07/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
	Oficina 9: Modelo lógico da proposta	19/07/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
	Oficina 10: Análise SWOT da proposta	26/07/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
	Oficina 11: Governança	02/08/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
	Oficina 12: Focalização	09/08/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
4. Estratégia de construção de confiança e suporte	Oficina 13: Construção de confiança e suporte	16/08/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
5. Monitoramento, Avaliação e Controle	Oficina 14: Processo de monitoramento e o uso de indicadores	23/08/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
6. Impacto orçamentário e financeiro	Oficina 15: Impacto orçamentário e financeiro	30/08/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
7. Especialistas e Revisão	Oficina 16: Painel de Especialistas	06/09/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
	Oficina 17: Revisão	13/09/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
	Oficina 18: Oficina de Encerramento	20/09/2021	2h30	2h30	2h30	2h30	1
8. Finalização	Apresentação da Avaliação	A definir	-	3h	-	3h	6

Descrição dos custos	Assessor (A1)*	Assessor (A2)**
----------------------	----------------	-----------------

Horas de trabalho por assessor	121	121
Valor (R\$ 212,50/h)	R\$ 25.712,50	R\$ 25.712,50
Encargos (20%)	R\$	10.285,00
Certificação FGV	R\$	-
Total	R\$	61.710,00

* Inciso I do art. 2º da Resolução nº 21/2020/ENAP: Instrutoria em capacitação "sob medida".

** Inciso XIII do art. 2º da Resolução nº 21/2020/ENAP: Facilitação de oficinas sob medida.

II- Resumo geral por elemento de despesa

Resumo geral por elemento de despesa		Valor Total (R\$)
33.90.36	Outras Despesas com Terceiros Pessoa Física	R\$ 51.425,00
33.90.39	Demais custos	R\$ 0,00
33.91.47	Encargos	R\$ 10.285,00
33.90.33	Passagens	R\$ 0,00
33.90.14	Diárias	R\$ 0,00
44.90.52	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 0,00
Total		R\$ 61.710,00

(Códigos acrescentados pela Nota Técnica 51/2017/CGOFC/DGI/ENAP SEI 0114314)

4. APROVAÇÃO

DIANA MAGALHÃES DE SOUZA COUTINHO
Diretora de Altos Estudos

Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap

PRISCILLA ROBERTA GASPAR DE OLIVEIRA
Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos -
MMFDH



Documento assinado eletronicamente por **Diana Magalhães de Souza Coutinho, Diretor(a) de Altos Estudos**, em 13/05/2021, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília e Resolução nº 9, de 04 de agosto de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira, Usuário Externo**, em 14/05/2021, às 12:43, conforme horário oficial de Brasília e Resolução nº 9, de 04 de agosto de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.enap.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0484286** e o código CRC **D1CA334F**.